

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.
Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: leyva@unilab.edu.br

Email: julianafarias@unilab.edu.br

O Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e o seu acervo permanente

Bárbara Alessandra Leal Saldanha¹

Palavras-chave: Acervos, Arquivo, Documentação, APEB

O Governador Manoel Victorino Pereira assina o Ato Governamental que cria o Arquivo Público do Estado da Bahia em 16 de janeiro de 1890, e o baiano Francisco Vicente Vianna é nomeado como o primeiro Diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia. De acordo com o citado Ato, o APEB teve como finalidade primeira recolher documentos históricos, administrativos, judiciários e legislativos da Bahia, espalhados nos diversos arquivos públicos das diferentes repartições.¹

A partir de então, o APEB passou a representar o ponto de referência como o guardião do patrimônio documental da Bahia. Ao longo de sua existência, destacou-se no cenário regional e internacional, fundamentado em normas e procedimentos expressos em regimentos expedidos. Nacionalmente, é considerado a segunda mais importante instituição arquivística pública estadual, em razão de custodiar um acervo documental de

¹ Historiadora / Coordenadora de Processamento Técnico de Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. barbara.saldanha@fpc.ba.gov.br

valor inestimável, produzido e acumulado ao longo de duzentos e quatorze anos, período em que a cidade do Salvador foi sede do governo colonial no Brasil, de 1549 a 1763. O volume do acervo custodiado pelo APEB é de, aproximadamente, 7.500 metros lineares, com datas-extremas da segunda metade do século XVI ao início do século XXI.

O Palácio do Governo foi o primeiro local de funcionamento do APEB, após sua criação, e ficou lá no período de 1890 a 1891. O segundo local de funcionamento foi o Edifício da Escola de Belas Artes, durante o período de 1891 a 1916. O terceiro local foi o prédio nº 4 da Rua da Ajuda, hoje Tomé de Souza, entre os anos de 1916 a 1919. O quarto local foi na Rua de Baixo de São Bento, atual Carlos Gomes, durante o período de 1919 a 1945. O quinto local à Rua Carlos Gomes, na saída da Rua Senador Costa Pinto, no período de 1945 a 1980. E o sexto local de funcionamento é o Solar Quinta do Tanque, localizado na Baixa de Quintas, de 1980 aos dias atuais.

Com a criação do APEB, no final do século XIX, inicia-se o recolhimento de documentos por meio de ofertas. Em 1890 foi aberto um livro para o registro de ofertas de documentos feitos ao APEB. Nesse livro consta relação dos nomes dos ofertantes e das ofertas. Os registros iniciam-se em 06 de outubro de 1890 e vão até 30 de março de 1894.²

O primeiro documento registrado no referido livro, em 6 de outubro de 1890, foi ofertado por ordem do Governador do Estado da Bahia, por meio de ofício de 03 de outubro de 1890, trata-se de uma carta de legitimação dos filhos ilegítimos do Padre Francisco Agostinho Gomes, datada de 11 de outubro de 1829. Neste mesmo livro foi registrada a doação realizada em 1892, pelo Bacharel Francisco Rodrigues Monção, da Carta de Sesmaria da Ilha de Itaparica doada a Dom Antônio de Athayde, Conde de Castanheira, por Thomé de Souza, em 1552³. Este é um dos documentos mais antigos do acervo custodiado.

Ao longo dos anos, no século XX, ocorreu a continuidade do processo de formação do acervo custodiado pelo APEB⁴. No ano de 1919 procedeu o recolhimento de coleção de documentos encadernados: Cartas Régias; Cartas a Sua Majestade; Patentes e Provisões; Alvarás; Ofícios do Governo; Registros Eclesiásticos de Terras; Livros de Correspondência da Côrte; 30 coleções de jornais diversos e 10 coleções de mapas. Em 1944, o coronel Franklin Lins de Albuquerque ofertou ao APEB, uma coleção do periódico “O Imparcial”. Em 1986 houve o recolhimento de documentos públicos e privados: Públicos - do Poder Judiciário: livros de tabelionatos;

do Poder Executivo: Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Saúde e Junta Comercial do Estado; Privados - Empório Industrial do Norte, Marieta Alves e o acervo bibliográfico de D. Cecília Bulcão. No ano de 2000 houve a aquisição, mediante compra, do acervo fotográfico do alemão Arthur Wishral.

No século XXI, no ano de 2007, foram recolhidos os livros de escritura do Tabelionato do 4º Ofício de Notas, do período de 25/09/1975 a 28/03/1983, números de 730 a 882. Nesse mesmo ano, foram recolhidos livros de procuração do Tabelionato do 4º Ofício de Notas, do período de 09/01/1975 a 22/03/1983, números de 333 a 372. Em 2016, o APEB recolheu o acervo da Comissão Estadual da Verdade da Bahia, criada pelo decreto nº 14.227, 10/12/2012 no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia. Nesse mesmo ano outros acervos foram recolhidos ao APEB, como Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário – EBDA e BahiaTursa.

Parte do acervo permanente do APEB é reconhecido como memória do mundo. O Programa Registro da Memória do Mundo é uma iniciativa internacional lançada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a finalidade de identificar e preservar documentos e arquivos que venham a compor o patrimônio histórico da humanidade. Ao todo o APEB foi diplomado quatro vezes: no ano de 2008 - Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia (1652-1822); no ano de 2010 - Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador 1855-1964; no ano 2013 - Cartas Régias (1648-1821) e no ano de 2016 - Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1973).

O acervo permanente do APEB é utilizado como importante fonte documental. As fontes documentais são a matéria-prima dos historiadores. E os arquivos disponibilizam um leque de possibilidades documentais possibilitando a identificação de documentos que oferecem indícios, dados e informações. Além da pesquisa acadêmica, o acervo permanente é utilizado, também, para demandas de comprovação de direitos.

É possível identificar nos documentos informações/ dados referentes às nações e países africanos e a africanos, escravos e libertos, como, por exemplo, no acervo Colonial/Provincial do APEB a documentação na qual podemos identificar as nações e países africanos: Fundo documental - Casa Civil/ Série documental – Cartas Régias⁵. É perceptível a verificação das denominações de locais que aparecem nas Cartas

Régias, como pontos de origem ou escalas de navios que faziam o transporte de escravos. Como, por exemplo, origens geográficas da Angola, Benim, Costa da África, Costa da Mina, Dahomé, Goa, Ilha de São Tomé, Ilha do Príncipe, etc.

A trajetória do Arquivo Público do Estado da Bahia é formado por momentos importantes, como o gradativo crescimento do acervo documental, resultado da intensificação do recolhimento de documentos públicos e da aquisição de acervos privados. O Arquivo sempre manteve o caráter singular de repositório dos documentos produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, considerados de valor permanente. Mas, teve o sentido de sua missão institucional reelaborado para dialogar com as transformações e movimentos da sociedade. De órgão exclusivamente administrativo, enquanto “depósito da história”, o Arquivo vem sendo reconfigurado, para as novas demandas do século XXI, fortalecido como um espaço legítimo de cidadania, do direito à cultura e à memória.

O Arquivo Público do Estado da Bahia reafirma o compromisso de aperfeiçoar e ampliar o acesso e a salvaguarda da memória da Bahia e do Brasil em benefício das gerações atuais e futuras.

REFERÊNCIAS

APEB. Acervo Republicano. Fundo: Secretaria do Governo do Estado da Bahia. Série: Atos. Código de Classificação: 1761/1755.

_____. Acervo Republicano. Fundo: APEB. Livro de lançamento de ofertas de documentos 1890. Código de Classificação: 02/03/01/09. cx31.

_____. Acervo Colonial/Provincial. Fundo: Governo Geral/ Governo da Capitania. Série: Sesmarias - Carta de Sesmaria da Ilha de Itaparica, 1552. Código de Classificação: Maço nº 599. _____. Acervo Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Guia do Arquivo do Estado da Bahia. Publicações do Arquivo do Estado da Bahia.

_____. Acervo Colonial/ Provincial. Série: Cartas Régias. Ano 1736. Classificação: códice nº 32, doc. 87.

_____. Acervo Colonial/ Provincial. Série: Revolta dos Malês. Ano 1835. Classificação: Maço nº 2846. _____. Acervo Judiciário. Série: Testamento. Ano 1869. Classificação: 01/77/85/04 – Localidade: Salvador.

_____. Acervo Judiciário. Série: Processo Cível - Emancipação. Ano 1881. Classificação: 08/258/63 – Localidade: Amargosa.

_____. Acervo Judiciário. Série: Escritura – Livro de Notas. Ano 1881. Classificação: 653G, p.28 (Livro nº 5º de Registros) – Localidade: Bahia.

¹ APEB. Acervo Republicano. Fundo: Secretaria do Governo do Estado da Bahia. Série: Atos. Código de Classificação: 1761/1755. p. 35.

² APEB. Acervo Republicano. Fundo: APEB. Livro de lançamento de ofertas de documentos 1890. Código de Classificação: 02/03/01/09. cx31.

³ APEB. Acervo Colonial/Provincial. Fundo: Governo Geral/ Governo da Capitania. Série: Sesmarias - Carta de Sesmaria da Ilha de Itaparica, 1552. Código de Classificação: Maço nº 599. ⁴ APEB. Acervo Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Guia do Arquivo do Estado da Bahia. Publicações do Arquivo do Estado da Bahia.

⁵ APEB. Acervo Colonial/ Provincial. Série: Cartas Régias. Ano 1736. Classificação: códice nº 32, doc. 87.